

Nota Informativa

Edição 171/2023

DESTAQUES

Governo discute projeto para reestruturar dívida de pequeno negócio

Senado aprova reforma tributária em dois turnos e PEC retorna para Câmara

Veja todas as exceções da Reforma Tributária aprovada no Senado

BID têm US\$ 100 milhões em garantias para pequenos provedores acessarem FUST

Ministros do STF debatem democracia e direitos fundamentais na era digital

Barroso diz que é 'imperativo' regular redes: 'Precisamos fazer com que mentir volte a ser errado'

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Cientistas alertam para riscos de o Brasil não aproveitar oportunidades em IA

Mais de 90% dos brasileiros usam internet diariamente, mostra IBGE

Anatel participa de audiência na Comissão de Comunicação da Câmara

Comissão aprova pena de 4 a 8 anos para estelionato digital

Inteligência artificial precisará ser governada, diz senador

REFORMA TRIBUTÁRIA

Fatiamento da Reforma Tributária: Executivo e Legislativo analisam possibilidade

Ribeiro pretende conversar com Lira ainda na quinta-feira sobre cronograma da reforma tributária

Reforma tributária: Padilha diz estar confiante que Câmara concluirá trabalhos “o mais rápido possível”

Reforma Tributária: alíquota de novos tributos deve ficar em até 27,5%

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

BC manterá nível de corte da Selic nas próximas reuniões ‘se nada acontecer’, diz Aquino

Câmara aprova projeto que facilita regularização de dívidas com a Receita Federal

Revisão do Simples pode gerar 650 mil empregos, diz estudo entregue a Márcio França

Mudar meta fiscal gera insegurança em cascata para o futuro, diz Campos Neto

ORÇAMENTO

Especialistas temem retorno do orçamento secreto na LDO

POLÍTICA

Padilha nega divergência na política econômica de Lula e Haddad

Padilha minimiza aumento de exceções da tributária: “Fazem parte”

Líderes da Câmara e do Senado adiam votação de vetos para dia 23

Haddad diz que equipe está 100% disponível e espera promulgar reforma tributária neste ano

Orientação de voto do PP e Republicanos sobre reforma tributária surpreende governistas

Líderes da Câmara avaliam que Lira bancou proposta que muda subvenções do ICMS

DESTAQUES

Governo discute projeto para reestruturar dívida de pequeno negócio

Poder Executivo | 09/11/2023 – 13h57min

O ministro do Empreendedorismo e da Microempresa, Márcio França (PSB), discutiu o PLP nº 33, de 2020, que cria o marco legal do “reemprededorismo” na 4ª feira (8.nov.2023) em evento promovido pela Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo. O texto, que está parado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, já foi aprovado no Senado Federal. A proposta aprovada no Senado tem como objetivo facilitar a reestruturação de dívidas de micro e pequenas empresas. A ideia é que os pequenos negócios possam negociar suas dívidas de maneira extrajudicial, isto é, sem a necessidade de recorrer à Justiça.

Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado aprova reforma tributária em dois turnos e PEC retorna para Câmara

Poder Legislativo | 08/11/2023 – 21h16min

Em votação histórica, o Senado aprovou a PEC da reforma tributária em segundo turno. Agora, o texto retorna para a Câmara. A aprovação da quarta-feira (8) representa uma vitória do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e do governo Lula (PT). Tanto Pacheco, e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de promulgar a PEC ainda em 2023. Entre o primeiro e o segundo turnos, Braga fez um acordo com o senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) para a criação de um fundo para os Estados da Amazônia Ocidental para além do Fundo do Amazonas. Ou seja, os senadores criaram mais um fundo na reforma. Mas ainda não há os valores que os fundos terão, já que definições do tipo devem vir por lei complementar, segundo o secretário extraordinário da reforma, Bernard Appy. Apesar do acordo, Mecias votou contra a PEC no segundo turno, assim como havia feito no primeiro.

Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Veja todas as exceções da Reforma Tributária aprovada no Senado

Poder Legislativo | 08/11/2023 – 20h35min

O texto da Reforma Tributária aprovado pelo Senado na quarta-feira (8) traz uma lista de bens e serviços que poderão ter alíquota reduzida em 30%, 60% ou 100% para os novos tributos. Haverá também isenções, situações especiais de creditamento e regimes com regras diferenciadas de recolhimento. As regras aprovadas agora na Constituição tratam essas exceções de maneira geral, o que significa que será necessário aprovar uma lei 2024 que vai definir exatamente os bens e serviços beneficiados. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BID têm US\$ 100 milhões em garantias para pequenos provedores acessarem FUST

Poder Executivo | 09/11/2023

O Programa ACESSA Crédito Telecom utiliza recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para viabilizar o acesso ao crédito a pequenos provedores de serviço à internet, buscando estimular a expansão, o uso e a melhoria da qualidade das redes de banda larga fixa. Além disso, em abril deste ano, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) deu luz verde para a operação de empréstimo no valor de US\$ 100 milhões entre o BID e o MCom. Os agentes financeiros irão administrar esses recursos de modo a garantir uma carteira de crédito para centenas de Parcerias Público-Privadas (PPPs), que poderão realizar investimentos essenciais na expansão de redes de conectividade. "Torna-se viável a mitigação de potenciais riscos que possam surgir durante a execução deste mecanismo", diz o diretor do Departamento de Investimento e Inovação do MCom, Pedro Lucas Araújo. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministros do STF debatem democracia e direitos fundamentais na era digital

Poder Judiciário | 09/11/2023 – 13h12min

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, e o decano da Corte, ministro Gilmar Mendes, participaram na manhã de quinta-feira (9) do "Seminário Internacional - Democracia e Direitos Fundamentais na Era Digital". O seminário é promovido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) em parceria com o Cedis (Centro de Direito, Internet e Sociedade), FGV (Fundação Getúlio Vargas), CGI.br e EGI (Escola de Governança da Internet no Brasil). Na palestra de abertura, o presidente do STF falou sobre os impactos positivos e negativos da revolução tecnológica sobre o dia a dia das pessoas, na forma de relação e comunicação interpessoal, no mercado de trabalho e nos costumes. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Barroso diz que é 'imperativo' regular redes: 'Precisamos fazer com que mentir volte a ser errado'

Poder Judiciário | 09/11/2023 – 15h29min

O presidente do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso afirmou na manhã desta quinta-feira, 8, que é 'imperativo' regular as redes sociais. Na avaliação do magistrado, há uma 'premissa evidente' de que é necessário balizar, nas plataformas, os 'comportamentos coordenados inautênticos e conteúdos socialmente inaceitáveis'. Segundo Barroso, postagens com tais conotações podem ser perigosas para a democracia, os direitos fundamentais e a saúde pública. O ministro alertou que estabelecer o ponto de equilíbrio com relação a tal controle de conteúdo não é fácil, mas ressaltou como a regulação é consenso no 'mundo civilizado'. O presidente do STF ainda indicou que fazer a 'sintonia fina' sobre o tema está a cargo do Legislativo. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Cientistas alertam para riscos de o Brasil não aproveitar oportunidades em IA

Mercado | 09/11/2023 – 11h40min

Cientistas brasileiros produziram um relatório no qual afirmam que o Brasil corre riscos de perder a onda dos avanços provocados pela inteligência artificial (IA) e apontam quais são as medidas necessárias para que o país não perca as oportunidades. O estudo "Recomendações para o avanço da inteligência artificial no Brasil" foi produzido por um grupo de trabalho da Academia Brasileira de Ciências (ABC), formado por cientistas de diferentes áreas e regiões do país. No documento, os especialistas alertam que, sem investimento adequado na área de inteligência artificial, o Brasil pode ter um declínio tecnológico com impactos sem precedentes, porque a lacuna entre os países na vanguarda dos investimentos e os demais cresce "a níveis exponenciais". "É imperativo que o Brasil estabeleça políticas públicas e investimentos para reverter essa tendência sem demora. Se persistir a inércia, o impacto negativo será sentido a curto prazo na educação, nos demais índices sociais e na economia, com a consequente falta de competitividade empresarial em todas as áreas", destaca o relatório. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Mais de 90% dos brasileiros usam internet diariamente, mostra IBGE

Poder Executivo | 09/11/2023 – 10h22min

A "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) 2022", divulgada na quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que navegar na internet se tornou um hábito para a maior parte dos brasileiros. Os dados apontam que 93,4% das pessoas no país utilizaram a internet todos os dias em 2022, enquanto 2,7% fizeram uso da rede cinco ou seis vezes por semana. O IBGE revela também que 3,2% dos brasileiros navegaram um a quatro dias na semana e 0,7% fez uso menos de uma vez por semana. A análise por regiões mostra o Centro-Oeste como local onde mais se acessa diariamente a internet: 95% das pessoas na região entram todos os dias na rede. A seguir vêm Sul, com 94,6%; Sudeste, com 93,8%; Nordeste, com 92,6%; e Norte, com 89,2%. Na divisão por faixas etárias, 96,7% das pessoas entre 20 e 24 anos navegam todos os dias na rede; seguidos de perto por 96,6% dos brasileiros entre 25 e 29 anos; e 95,7% entre aqueles de 30 a 39 anos. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel participa de audiência na Comissão de Comunicação da Câmara

Poder Executivo | 09/11/2023 – 10h05min

O presidente da Anatel, Carlos Baigorri, participou na quarta-feira (8/11) de audiência na Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados a respeito do planejamento estratégico da Agência para o quinquênio 2023-2027. Baigorri explicou que o grande desafio é garantir a concorrência entre os agentes de mercado por causa das transformações introduzidas no ecossistema digital. De acordo com ele, existe uma grande assimetria entre as prestadoras tradicionais de serviços, tanto de telecomunicações quanto de comunicações, e as empresas que empregam a internet para oferecer aplicações similares. “Há uma assimetria regulatória. E a concorrência deixa de ser justa”, disse o presidente da Anatel, lembrando que há necessidade de repensar o papel do Estado diante do ecossistema digital para que a legislação esteja adequada aos novos desafios. Recordou que o Marco Civil da Internet estabelece a total irresponsabilidade das mídias sociais em relação aos conteúdos divulgados. Por outro lado, as prestadoras de serviços tradicionais têm uma série de obrigações, inclusive tributárias, como o recolhimento de ICMS. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Comissão aprova pena de 4 a 8 anos para estelionato digital

Poder Legislativo | 08/11/2023 – 18h33min

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que prevê a figura do estelionato digital como crime no Código Penal brasileiro. O texto aprovado acrescenta, no artigo do Código Penal que trata de estelionato, a previsão de que terá pena de reclusão de 4 a 8 anos (a mesma para fraude eletrônica) quem se utilizar de plataforma digital para aumentar a projeção de atividade, marca, produto, serviço ou pessoa, induzindo a erro alguém interessado em obter renda extra que, mesmo cumprindo com os compromissos assumidos, deixa de receber valor prometido. Também terá essa pena quem abusar da confiança de seguidores em plataformas digitais, aplicativos ou redes sociais para aliciá-los ao ingresso em programa de renda extra fraudulento. O Projeto de Lei 2339/23, do deputado Júnior Mano (PL-CE), ainda depende de análise pelo Plenário da Câmara. A relatora, deputada Rosângela Moro (União-SP), apresentou parecer favorável à proposta e fez apenas ajustes técnicos. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Inteligência artificial precisará ser governada, diz senador

Poder Legislativo | 08/11/2023

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) chamou a atenção, em pronunciamento na quarta-feira (8), para o uso da inteligência artificial e suas possíveis consequências. O parlamentar destacou que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, assinou uma ordem executiva em que descreve as primeiras regulamentações do governo americano sobre sistemas de inteligência artificial. Segundo o senador, Biden quer que as empresas desenvolvedoras dessas ferramentas encaminhem ao governo os resultados de testes de seus novos modelos antes de divulgá-los ao público. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Fatiamento da Reforma Tributária: Executivo e Legislativo analisam possibilidade

Poder Legislativo | 09/11/2023 – 15h20min

O relator da reforma tributária na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que vai aguardar a redação final do texto aprovado pelo Senado para avaliar se será possível o fatiamento da proposta. Ribeiro disse que ainda não teve acesso ao texto final aprovado na quarta-feira pelos senadores, que alteraram a proposta aprovada pela Câmara. Segundo ele, o fatiamento só será possível se não comprometer a estrutura da proposta de emenda à Constituição (PEC). Quando parte de uma PEC é aprovada pela Câmara e pelo Senado, e outra parte da mesma proposta é aprovada em uma Casa e rejeitada em outra, pode ocorrer o fatiamento: a parte aprovada nas duas Casas é promulgada e vira uma emenda constitucional, e a parte rejeitada continua tramitando como uma PEC independente. Em relação às modificações dos senadores ao texto original da Câmara, Aguinaldo Ribeiro disse preferir ter o conhecimento pleno do texto para ter um dimensionamento do que foi aprovado antes de opinar. Já o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, não descartou a possibilidade de fatiamento da reforma tributária na 5ª feira (9), 1 dia depois do texto ser aprovado no Senado. O ministro foi ao Congresso Nacional agradecer o presidente da Casa Alta, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pela aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição). “Já foi feito em outros momentos [o fatiamento]. Nesse momento estávamos focados em concluir a votação no Senado. O relator da reforma na Câmara acompanhou toda tramitação no Senado e certamente vai fazer uma análise mais detalhada daquilo que foi aprovado. Certamente vamos discutir”, disse Padilha a jornalistas. Fontes: Agência Câmara e Poder 360

[Leia mais](#)[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

Ribeiro pretende conversar com Lira ainda na quinta-feira sobre cronograma da reforma tributária

Poder Legislativo | 09/11/2023 – 14h04min

Relator da reforma tributária na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) afirmou que ainda não há cronograma para a nova tramitação da proposta na Casa. Ele disse que conversará com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) ainda na quinta-feira (9) e pontuou que o calendário deve ser definido em acordo com o alagoano e líderes partidários. O texto avançou na quarta-feira (8) no Senado e retornará para nova apreciação dos deputados. “Vamos aguardar o texto para que possamos avaliar o que foi aprovado no Senado e para que possamos, sob o comando de Lira, definir um calendário na Câmara”, disse Ribeiro a jornalistas. Ele demonstrou otimismo em que é possível garantir aprovação e promulgação da proposta de emenda constitucional (PEC) ainda neste ano. O parlamentar da Paraíba evitou adiantar ajustes no texto e falar sobre mudanças das exceções incluídas no Senado. Ele reforçou que fará análise do que entrou no texto apenas quando o projeto chegar ao Senado. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

Reforma tributária: Padilha diz estar confiante que Câmara concluirá trabalhos “o mais rápido possível”

Poder Executivo | 09/11/2023 – 12h58min

Em visita ao Congresso Nacional, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou na quinta-feira (9) que o governo vai trabalhar para promulgar a reforma tributária “o mais rápido possível”. Para ele, a aprovação da matéria nas duas Casas é um sinal claro de que tanto a Câmara como o Senado querem encerrar a tramitação ainda neste ano. Ele não descartou a possibilidade de ‘fatiamento’ do texto, como foi levantado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dizendo que essa possibilidade sempre existiu. O ministro foi ao Congresso justamente para cumprimentar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pela aprovação do texto no dia anterior. Padilha enalteceu o fato de ter sido uma apreciação “histórica”. “O fundamental é que o recado está dado: queremos acabar

com a balbúrdia tributária”, declarou Padilha. “O ótimo é inimigo do bom, o mais importante era definir pilares.” Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma Tributária: alíquota de novos tributos deve ficar em até 27,5%

Poder Executivo | 08/11/2023 – 20h04min

O Ministério da Fazenda estima que a soma das alíquotas dos principais tributos criados pela Reforma Tributária seja de até 27,5%, considerando as exceções previstas no texto aprovado pela Câmara em julho e pelo Senado em novembro. Os tratamentos favorecidos elevam a alíquota em cerca de cinco pontos percentuais. O número considera a soma do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), para estados e municípios, com a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), tributo federal. A Fazenda também separou os dois tributos. A alíquota mais elevada representa a soma de uma CBS próxima de 9% e um IBS em torno de 18%. Segundo a Fazenda, as estimativas apresentadas não correspondem a uma previsão exata sobre quais serão as alíquotas-padrão do IBS e da CBS, pois essas dependem de uma série de fatores que serão definidos apenas quando ocorrer a regulamentação da PEC 45 por meio de legislação infraconstitucional. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

BC manterá nível de corte da Selic nas próximas reuniões ‘se nada acontecer’, diz Aquino

Poder Executivo | 09/11/2023 – 13h06min

O diretor de fiscalização do Banco Central (BC), Ailton Aquino, reforçou há pouco que “se nada acontecer” o Comitê de Política Monetária (Copom) vai manter o ritmo de corte de 0,50 ponto percentual nos juros “nas próximas reuniões”, como indicado na ata da última reunião. “Se nada acontecer, o ‘próximas’ significa que vamos manter o atual nível de cortes da Selic, mas essa é uma discussão de comitê e de análise de cenário”, disse em entrevista coletiva para apresentação do Relatório de Estabilidade Financeira (REF). Questionado se o tema fiscal pode voltar ao balanço de riscos caso a meta de déficit para o próximo ano seja mudada, ele ressaltou que “está bem claro na ata a preocupação do comitê com a questão fiscal”. “Deixamos claro a visão do comitê sobre a meta fiscal. Nossa comunicação foi bem clara e as nossas preocupações com as contas públicas”, enfatizou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Câmara aprova projeto que facilita regularização de dívidas com a Receita Federal

Poder Executivo | 09/11/2023 – 12h55min

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (8) projeto de lei que permite a regularização de débitos tributários perante a Receita Federal com dispensa de multas de mora e de ofício. A proposta será enviada à sanção presidencial. De autoria do Senado Federal, o Projeto de Lei 4287/23 permite ao contribuinte realizar a chamada autorregularização incentivada usando inclusive créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), seja de sua titularidade ou de pessoa jurídica controladora ou controlada, independentemente do ramo de atividade.

Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Revisão do Simples pode gerar 650 mil empregos, diz estudo entregue a Márcio França

Mercado | 09/11/2023 – 07h

Representantes do Movimento Atualiza Simples Nacional, que reúne entidades do setor de serviços, entregaram ao ministro do Empreendedorismo, Márcio França, um estudo que aponta a necessidade de revisão das faixas de faturamento do Simples Nacional e diz que se a medida fosse adotada seria possível gerar mais 650 mil empregos no País. O movimento levou ao titular da pasta um estudo da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), segundo o qual a defasagem desse sistema de tributação, de 2018 para cá, já alcança 75,81%. O grupo afirma que a revisão representaria uma injeção de R\$ 77 bilhões no setor produtivo. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Mudar meta fiscal gera insegurança em cascata para o futuro, diz Campos Neto

Poder Executivo | 08/11/2023 – 17h51min

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou na quarta-feira (8) que abrir mão de zerar o rombo nas contas públicas em 2024 para elevar os gastos do governo trará incertezas para a economia. "Então, o custo de fazer isso [mudar a meta fiscal] pesa muito mais do que o benefício de gastar mais", afirmou Campos Neto, durante evento em Nova York (EUA). O presidente da autoridade monetária defendeu o resultado fiscal previsto para 2024 e apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A ala política do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer um déficit de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2024 para evitar bloqueios orçamentários. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Especialistas temem retorno do orçamento secreto na LDO

Poder Legislativo | 08/11/2023 – 18h46min

Na terça-feira (8), a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o texto preliminar do relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, Danilo Forte (União-CE). Um dos pontos anunciados na reunião foi a criação da emenda parlamentar de liderança (ou emendas RP5), parcela do orçamento público cuja destinação será definida pelas bancadas partidárias. A proposta preocupa especialistas na sociedade civil, que temem pelo retorno do extinto orçamento secreto. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Padilha nega divergência na política econômica de Lula e Haddad

Poder Executivo | 09/11/2023 – 14h40min

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, negou na 5ª feira (9.nov.2023) que haja divergência na política econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Quem continuar especulando que exista qualquer diferença na política econômica e conduzida pelo ministro Haddad vai continuar perdendo dinheiro e vai errar na política", afirmou a jornalista no Congresso Nacional. O ministro foi agradecer o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pela aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma tributária. O texto foi aprovado em 2 turnos por 53 votos a 24. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Padilha minimiza aumento de exceções da tributária: “Fazem parte”

Poder Executivo | 09/11/2023 – 14h30min

O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) disse na 5ª feira (9.nov.2023) que o aumento das exceções à reforma tributária aprovadas no Senado são parte da “construção” de apoio à proposta. “É como a construção de uma estrada. Os temas incorporados na votação foram os necessários para garantir a maioria constitucional [...] Exceções fazem parte dessa construção”, disse em entrevista a jornalistas na Câmara dos Deputados. A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma tributária foi aprovada na 4ª feira (8.nov) por 53 votos a 24, em 2 turnos. O texto aprovado foi o parecer do relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), que amplia as exceções à alíquota de referência dos impostos que serão criados em substituição a 5 tributos atuais. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Líderes da Câmara e do Senado adiam votação de vetos para dia 23

Poder Executivo | 09/11/2023 – 14h28min

Líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado decidiram analisar os vetos presidenciais pendentes de votação no dia 23 de novembro. Inicialmente, a votação dos vetos pelo Congresso estava marcada para a quinta-feira (9). A prioridade será dada para os vetos que tratam: do novo arcabouço fiscal, do voto de qualidade a favor do governo nas decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e do marco temporal das terras indígenas. “Recebemos uma correspondência dos líderes da Câmara”, informou o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), ao justificar o adiamento. “No dia 23, então, teremos sessão para apreciar os vetos”, disse. O senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado, concordou com a agenda. “Essa sugestão foi colocada com o compromisso de que os vetos que interessam à oposição sejam analisados de forma prioritária”, afirmou. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad diz que equipe está 100% disponível e espera promulgar reforma tributária neste ano

Poder Executivo | 09/11/2023 – 12h42min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçou na quinta-feira que está “muito confiante que nós vamos promulgar a reforma tributária neste ano”. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que trata do tema foi aprovada na quarta-feira pelo Senado e agora volta para a Câmara dos Deputados. A afirmação de Haddad foi feita na entrada do Ministério da Fazenda depois de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, no Palácio do Planalto. Haddad afirmou que tanto ele quanto Lula realizaram ligações desde quarta-feira à noite a fim de parabenizar os senadores pela aprovação do texto. O ministro agradeceu o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o relator da proposta, Eduardo Braga (MDB-AM), que aprovaram “essa reforma histórica” em “um prazo muito curto”. “O Senado recebeu outro dia da Câmara uma Emenda Constitucional”, disse. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Orientação de voto do PP e Republicanos sobre reforma tributária surpreende governistas

Poder Legislativo | 08/11/2023 – 19h10min

O posicionamento dos líderes do PP e do Republicanos no Senado, contrários à reforma tributária, surpreendeu governistas. A PEC que altera pontos do sistema tributário

brasileiro está em discussão no plenário e será votado na quarta-feira (8). Até a véspera da votação, Tereza Cristina (PP-MS) e Mecias de Jesus (Republicanos-RR) deram sinais de que seriam favoráveis à matéria e que "não causariam problemas" na tramitação. Na terça-feira (7), Mecias votou a favor do parecer de Eduardo Braga (MDB-AM) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, enquanto Tereza apoiou o calendário especial para acelerar a tramitação em plenário. O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), também deu voto favorável na CCJ e defendeu que a bancada se posicionasse da mesma maneira no plenário. Ele argumentou que o relator da proposta na Câmara, deputado Aginaldo Ribeiro (PB), é do PP e que "essa é uma reforma do Congresso e não do governo". Aginaldo acompanha a votação no plenário na quarta-feira. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Líderes da Câmara avaliam que Lira bancou proposta que muda subvenções do ICMS

Poder Legislativo | 08/11/2023 – 16h23min

Lideranças da Câmara que participaram na quarta-feira, 8, de uma reunião de duas horas com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliam que o "primeiro passo" foi dado para o avanço da proposta que regulamenta as subvenções do ICMS. Participantes do encontro disseram ao Estadão/Broadcast que a impressão foi a de que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), "bancou" a medida, com aval do Colégio de Líderes. Ainda não há definição, contudo, sobre a relatoria e se a tramitação será por projeto de lei ou medida provisória (MP). Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br